UM PLANO DE FOMENTO AGRÁRIO PARA TIMOR (1958) - TEXTO INÉDITO DE RUY CINATTI

Peter Stilwell *

Os tempos são de reconstrução e de futuro em Timor. Poderá parecer por isso despropositado publicar uma proposta de fomento agrário datada de 1958. Trata-se, no entanto, de um contributo a vários títulos significativo. É um documento relevante para a história do desenvolvimento de Timor após a II Guerra Mundial. O autor aliava à formação técnica e ao estudo do clima, solos, flora e agricultura em Timor, um profundo sentido humanista, uma intuição poética e uma grande admiração pelos timorenses. Não nos surpreende, portanto, que, para lá de algumas propostas datadas, se encontrem no texto princípios e perspectivas de validade permanente.

Cinatti conheceu Timor pela primeira vez em 1946. Encontrou o território totalmente devastado pela guerra. Sete anos depois, um cientista bolandês de visita à ilha comentava no relatório final: «As condições de acomodação e abastecimento são ainda muito difíceis em Timor, porque, com pouquíssimas excepções, os japoneses arrasaram todos os edifícios de pedra, uma destruição inimaginável, ... deixando o país em péssimo estado. Parece que foi devido à fúria que sentiram contra os timorenses por estes terem apoiado as forças aliadas e protegido os guerrilheiros.» Há um evidente paralelo com a destruição de infra-estruturas materiais e humanas que em Setembro de 1999 mobilizou em favor dos timorenses a comunidade internacional. Escrito em 1957, por um interveniente directo na reconstrução de Timor no pós-guerra, o plano que se publica representa uma interessante avaliação crítica dos sucessos e fracassos de dez anos de trabalho na área da agricultura.

Mas situemos melbor o autor.

Durante a sua primeira estada em Timor (1946-1947), como secretário do Governador Óscar Ruas, Ruy Cinatti Vaz Monteiro Gomes (1915-1986) realizou o que continua a ser boje o levantamento fito-geográfico mais completo do território. Apresentou os resultados como tese de licenciatura no Instituto Superior

^{*} Professor da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

de Agronomia, em Lisboa, e em 1950 publicou-os em três obras editadas pela Junta de Investigações Coloniais: «Explorações Botânicas em Timor», «Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português» e «Esboço Histórico do Sândalo no Timor Português».

Em fins de 1951, partiu de novo para Timor como responsável pelos Serviços de Agricultura. Sem condições bumanas e financeiras para a política agrícola com que sonbava, seguiram-se quatro anos de crescente frustração profissional.

Regressado a Lisboa, em 1956, para um ano de licença, vive tempos de mudança. Alguns dos poemas mais marcantes d'«O Livro do Nómada Meu Amigo» (1958) reflectem a sua luta interior – «ajuste de contas entre mim e o mundo, entre o meu ser autêntico e o de todos os dias» ¹. Sustém-no a forte ligação afectiva que o prende ao povo timorense. «A minha história — escreverá anos depois —, uma triste história, que se identifica com a história de Timor.» Ainda em 1956, publica um vigoroso e sentido manifesto «Em favor do Timorense». Por fim, intui que é no povo de Timor e sua cultura que se encontra a chave de um desenvolvimento sustentado do território, e decide por isso estudar Antropologia Cultural.

Na Primavera de 1957, é integrado a seu pedido nos quadros da Junta de Investigações do Ultramar e, em Maio, redige as «Linhas Gerais de um Plano de Fomento Agrário para a Província de Timor», que aqui se publicam pela primeira vez.

Fará referência a esta proposta anos depois, em comentário a um poema que publica em «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974):

PARÂMETRO ECOLÓGICO

[...] Onde passei havia florestas há tantos anos... Hoje, a paisagem é um deserto de caules nus.

[...]

Meu gesto lento de fotografia atesta cegueira aos governantes, que olhando o que não vêem ousam dizer: Foi sempre assim!

¹ Entrevista em A Voz de Timor (24 de Junho de 1972), pp. 3-4.

A Natureza, que é manjar dos vivos, responde por mim. Onde havia florestas há só capim e fome que aos vivos arrebata! ²

«[...] Os anos passam e o corpo cansa-se, se não o espírito. A verdade é que ainda não me cansei de proclamar publicamente que em Timor A ÁRVORE É GARANTIA DO PÃO. Tal corolário, com força de axioma, foi sobejamente apreciado na Conferência da FAO dedicada às Florestas do Oeste do Pacífico realizada em Tóquio, em 1955, depois de uma breve análise do condicionalismo timorense em relação ao clima, ao solo e ao relevo, factores indicativos de que Timor pertence, por quase exclusivo, ao reino da floresta, e de que qualquer política de fomento a ela se deve ater, se tiver por fim último o bem da terra e das gentes de Timor. Em 1957, idêntica doutrina serviu de base às considerações prefaciais do segundo Plano de Fomento e, em 1963, do Plano Intercalar.» ³

No que se refere ao parecer de 1963, para o Plano Intercalar: até boje, não foi possível localizá-lo. A contribuição para o segundo Plano de Fomento é o texto que a seguir se publica. Uma única cópia dactilografada foi recentemente descoberta no decurso da inventariação do espólio de Cinatti, no âmbito de um projecto do Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (CLCPB) da Universidade Católica Portuguesa. No final, transcrevo algumas linhas de «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974), por serem um comentário de Cinatti, catorze anos depois, aos princípios enunciados pela primeira vez nestas «Linhas Gerais de um Plano de Fomento...».

LINHAS GERAIS DE UM PLANO DE FOMENTO AGRÁRIO PARA A PROVÍNCIA DE TIMOR

Um plano de fomento supõe, numa administração, o conhecimento, pormenorizado e em conjunto, da matéria sobre a qual se vão intensificar ou criar actividades.

Esta condição assume foros de importância primacial num plano de fomento agrário, por a matéria em questão estar relacionada intimamente com fenómenos de natureza física, biológica e humana.

Um plano de fomento agrário para Timor requer da administração uma estrutura de pensamento devidamente alicerçada no conhecimento local desses fenómenos e uma disposição construtiva que ultrapasse meros efeitos imediatos.

² Paisagens Timorenses com Vultos, Braga, 1974, pp. 74-76.

³ Paisagens Timorenses com Vultos, Braga, 1974, pp. 140-141.

Um plano de fomento agrário para Timor deve ter, como intuito primeiro de acção, a recuperação e conservação do existente. A exploração, inerente ao conceito de fomento, deve manter-se em relação secundária.

Finalmente, um plano de fomento agrário para Timor, embora deva ser levado a cabo em regime de cooperação, deverá ser orientado e vigiado por serviços competentes e salvaguardado por legislação adequada.

Em Timor, nenhum dos requisitos impostos por este corpo de doutrina se manifesta, quer no campo do pensamento quer nas possibilidades de acção: a improvisação e o imediatismo imperam; a organização deficiente dos serviços competentes conduz a sobreposições de elementos estranhos e perturbadores.

É no prosseguimento desta linha de doutrina que se enuncia a verdadechave, princípio e fundamento do condicionalismo económico de Timor:

A ÁRVORE É A GARANTIA DE PÃO

Toda a administração, todos os planos de fomento agrário que dela irradiem, todos os planeamentos económicos e sociais têm forçosamente de estar possuídos deste princípio incontroverso, mesmo quando os casos particulares lhe parecem ser alheios.

O esquema hierarquizado e cinemático a seguir apresentado estabelece-se a partir deste princípio orientador e supõe, sob forma simplificada, uma herança de conhecimento e de objectivos de acção que se consideram como traves mestras de um plano de fomento agrário. Os aspectos enunciados, outras tantas partes do problema timorense e da sua resolução, se o não comportam inteiramente, procuram, contudo, evidenciar prioridades e sugerir necessidades de vária ordem.

I. Aspecto florestal e de conservação do solo

1 - Conservação e produção de material lenboso

- a) Regeneração natural: criação de reservas florestais. As possibilidades silvícolas deficientes das espécies mais procuradas não permitem tentativas de regeneração artificial, mas apenas o estabelecimento de ambientes propícios. As reservas florestais, situadas em regiões de máxima necessidade para a conservação do solo, funcionarão duplamente como preventivas da erosão e como sementais de futuras florestas, que se hão-de estabelecer por alastramento.
- b) Regeneração artificial: criação de florestas de povoamento gregário e com possibilidades silvícolas garantidas nas várias formações «climax» de Timor: teca, eucalipto, sterculia, pometia, etc.
- 2 Rearborização condicionada a outras culturas ou inerente a elas próprias.

- a) Café. Os trabalhos em curso de plantação de albizia nas circunscrições da Ermera e do Suro devem ser estendidos às circunscrições de Manatuto e de Baucau, nas zonas que foram tecnicamente consignadas ao cafezeiro arabica e robusta. A primeira espécie deverá ser transplantada para lugar definitivo, logo que os arboretos da albizia tenham atingido 3 metros.
- b) Cacau. Esta cultura, de carácter agro-florestal, deverá constituir um dos objectivos novos do plano de fomento, pela importância crescente que o produto está tendo na economia mundial. Actualmente, a produção timorense está circunscrita à plantação de Fatu-Béssi. O condicionalismo arbóreo é semelhante ao do cafezeiro robusta, mas seria de tentar, a exemplo das experiências realizadas na Nova Guiné, a sua consociação com o coqueiro.
- c) Pimenta e outras especiarias. Por motivos desconhecidos, nunca se tentou a cultura deste riquíssimo produto, muito embora se encontrem em Timor regiões propiciantes, as mesmas onde a espécie sucedânea conhecida por ai-manas-ai-letem se desenvolve espontânea. O habitat da Piper nigrum encontra condições favoráveis na floresta de monção húmida das zonas baixas. Em consociação com a sumaumeira, que lhe servirá de esteio, pode proceder-se ao seu cultivo, com mínimas dificuldades de ordem técnica. O mesmo se poderá dizer a respeito das espécies arbóreas produtoras do cravinho e da noz-moscada.
- d) Coqueiro. A intensificação desta cultura nas zonas baixas da Costa Norte e da Costa Sul, providas de água ou caracterizadas pela presença da palmeira corifa (palapeira), é um objectivo de larga repercussão na economia interna e externa da Província. Se sob a forma de copra o produto pode vir a representar valor importantíssimo na balança de exportação, não é menos de considerar o benefício trazido pelo seu consumo sob a forma de óleo, nem as pequenas indústrias de extracção e fabricação de sabões que lhe estão relacionadas.
- e) Cajueiro. A povoação de Caju-Lara, na circunscrição de Viqueque, evidencia o poder de propagação de uma espécie importada, cujo nome depressa se radicou em toponímico. A sua rusticidade e o grau de tolerância para com os terrenos perdidos para a agricultura aconselha a divulgação da espécie. O produto pode constituir também futuro recurso da exportação.
- 3 *Legislação*. A efectivação do Regulamento Florestal, elaborado pelo signatário, em 1954, em conformidade com os preceitos da FAO e os regulamentos congéneres de Angola e Moçambique, além dos benefícios inerentes, é uma garantia dos trabalhos comportados pelo plano de fomento agrário.

A medida está porém condicionada à existência de serviços próprios, como sucede aliás com os empreendimentos anteriormente e a seguir propostos.

II. Aspecto agrícola propriamente dito

As transformações técnicas em agricultura, tais como são de prever num plano de fomento agrário, incidem sobre os recursos existentes para cultivo e nos métodos e organização da produção. Mas, quer se trate de rearborização, irrigação, melhoramento dos solos, das sementes e do armentio, ou de outros complexos resultantes dos factores supracitados, é o trabalho do homem, o seu agrupamento e proceder tradicional e ainda os laços que o prendem à terra que fundamentam qualquer empreendimento, v.g., um plano de fomento agrário.

A sobrevivência do timorense, e, muitas vezes, a razão que o leva a querer sobreviver, dependem destas considerações. Ele é o objecto da transformação. Quaisquer mudanças, aparentemente alheias ou meramente relativas, como a substituição das alfaias agrícolas ou a introdução de novas técnicas de cultivo, afectam o seu modo de vida, as suas relações de grupo e de instituição.

A necessidade premente de transformação em agricultura resulta, entre outros motivos, do aumento natural da população e do benefício auferido por esta através do controlo, por pequeno que seja, de epidemias e outros sintomas cerceantes do crescimento. A serem providenciados outros melhoramentos na saúde pública e na nutrição, é de prever a aceleração demográfica e, portanto, um aumento não compatível com a actual produção, métodos e organização usada.

De entre as transformações específicas propostas, que incidem sobre a terra e a produção, algumas, como a rearborização e a introdução ou melhoramento de produtos ricos, já foram mencionadas. Outras seguem-se-lhe por ordem de importância, mas não menos consentâneas com a simultaneidade. São elas, a selecção e o melhoramento das sementes, o controlo das pragas, o melhoramento e a ordenação cultural dos solos, as técnicas de cultivo, a irrigação e a mecanização.

Poderá parecer óbvio também que, para efectivar transformações, necessário se torna conhecer as condições existentes e o meio humano — nativo e europeu — onde elas vão operar. Assim é, e não há que fugir a este imperativo sob pena de resultarem contraproducentes ou de efémero efeito. E, porque essas transformações visam, em última análise, o bem comum, necessário se torna que o seu poder operante se introduza construtivamente ou, pelo menos, com um mínimo de rotura dos valores e relações estabelecidas.

1 – Rearborização

No seu aspecto geral e fundamental, a tarefa já foi enunciada. O aspecto particular tem em vista o combate contra a erosão e o melhoramento dos solos

em regiões de cultivo intenso e acidentadas. A exemplo do que sucede nas circunscrições fronteiriças, onde hábitos tradicionais fixaram o processo, deve generalizar-se a prática de rearborização das hortas em pousio com leguminosas arbóreas de crescimento rápido, com o duplo fim de melhorar a terra e criar valores relativos à definição de propriedade.

a) Pomares. Quer nas zonas baixas, como nas altas, e de acordo com as espécies adequadas, largos tratos há onde a manutenção de pomares serve o propósito da rearborização, além de prover à melhoria da dieta alimentar do nativo e do europeu. São de considerar, para as zonas baixas, as bananeiras e mangueiras; para as zonas médias, os citrinos; e para as zonas altas, as espécies europeias.

2 - Melboramento e selecção de sementes

O plano estabelecido em 1952 propunha a criação de campos de reprodução de sementes, de acordo com o esquema seguinte:

— «Os campos experimentais administrados directamente pela Repartição — por ora apenas o de Díli — destinam-se a reproduzir semente recebida, em pequenas quantidades, de estações melhoradoras mundialmente conhecidas. Essa semente será depois distribuída pelas delegacias da Repartição — as administrações.» — «Os campos de reprodução de semente das administrações destinam-se, como o nome indica, a reproduzir, em escala maior, mas proporcional às necessidades locais, a semente recebida do campo experimental da Repartição. O melhoramento, ou a substituição das espécies ou variedades menos produtivas e de pior qualidade, e a distribuição de novas espécies consideradas como melhoradoras da dieta indígena e europeia, são os objectivos imediatos dos campos de reprodução das administrações, que assim projectam por toda a Província a função intensiva da Repartição Técnica.»

A selecção ou a substituição gradual das variedades de arroz existentes, verdadeira babilónia de qualidade, tamanho e ciclo vegetativo desiguais, por uma ou duas variedades de comprovado valor e rusticidade adequada, impõe-se como uma das tarefas mais importantes. O propósito estende-se ao milho, tendo em vista a generalização das variedades de grão encarnado, ao feijão, amendoim, etc.

Propõe-se igualmente a criação de um campo de reprodução de sementes hortícolas, a estabelecer em Maubisse e Huato-Builico, zonas altas onde as espécies oriundas dos climas temperados encontram condições apropriadas e menos possibilidade de degenerescência reprodutora.

3 – Controlo das pragas

São inúmeras as pragas que atacam as espécies vegetais de maior valor económico e alimentar, mas pouco ou nada se conhece do seu comportamento,

sequer o nome científico que permita o contra-ataque com insecticidas e caldas apropriadas. Para as conhecidas, devem adoptar-se meios adequados de contra-ataque, utilizando-se pulverizadores de longo jacto.

4 - Solos

O conhecimento dos solos, da sua capacidade de uso para as diversas culturas, é dos mais importantes a considerar dos pontos de vista técnico, económico e social, e fundamenta, em conjunto com o conhecimento do clima, o ordenamento das zonas agrícolas. As primeiras amostras de solos de Timor, colhidas com propósito de sistematização, foram enviadas pelo signatário para a Junta de Investigações do Ultramar, em 1953, 54 e 55, onde esperam o necessário estudo.

5 – Práticas culturais

O melhoramento das práticas culturais, se por um lado supõe a introdução de hábitos novos, traduz-se, por outro, na recuperação de hábitos perdidos, mas não totalmente esquecidos. Assim é, em relação aos cafezeiros *arabica e robusta*, espécies em que raramente se pratica a decapitação motivadora de maior e melhor produção e de mais fácil colheita; assim é, ainda em relação às mesmas espécies, a necessidade de se revestirem os terrenos das plantações com leguminosas melhoradoras. A transplantação do arroz não representa, porém, técnica desconhecida dos timorenses, e daí a sua rápida aceitação e o êxito alcançado, a partir de 1952, nas circunscrições onde se praticou. Longos anos de directrizes impostas à força de palmatória levaram os timorenses a optar por técnicas totalmente despropositadas. Assim é, em relação às culturas «pobres» e «ricas», o processo nefasto de armação do terreno no sentido das linhas de maior declive, em detrimento da acertada e tradicional medida de construção de terraços segundo os planos das curvas de nível. A estes e a outros aspectos, que não vale a pena enunciar, se deve prestar imediata atenção.

6 – Mecanização

Todas as zonas baixas e planas de Timor podem ser sujeitas ao processo mecânico de cultura, sem prejuízo da estrutura física e química dos terrenos. Todas as administrações, mormente as que se dedicam à cultura do arroz em larga escala, devem possuir o seu trem de lavoura e de debulha. A introdução em Timor das debulhadoras móveis «Turner» constituiu êxito verdadeiro nos meios indígena e administrativo. O emprego de tractores, pela empresa «Sota», mereceu igual disposição de espírito na circunscrição de Viqueque. A generalização do processo a toda a Costa Sul viria solucionar a desarmonia provocada pelo critério de explo-

ração do trabalho manual em empreendimentos «faraónicos», só exequíveis através da cultura mecânica. É de considerar ainda, como argumento pró-utilização da maquinaria agrícola, a habilidade mecânica do timorense e a disposição favorável de vários agregados indígenas em a aceitar.

7 – Irrigação

Correlativamente ao desenvolvimento da cultura do arroz por meios mecânicos e aumento equivalente das áreas a irrigar, necessário se torna proceder à construção de pequenas obras de hidráulica — barragens e valas de rega —, principalmente nas regiões de contraste climático acentuado, como p. ex. em Manatuto.

8 - Celeiros, etc.

Face ao destino que vão ter os celeiros portuários já construídos — o de irem servir de armazéns para toda a espécie de produtos, e assim negarem qualquer possibilidade de vigilância sanitária — impõe-se a construção de novos celeiros nas sedes de circunscrição e de câmaras de de[sin]festação nos postos administrativos de maior produção cerealífera.

III. Aspecto pecuário

Numa administração do tipo da que vigora em Timor, a atenção dada à pecuária, no conjunto dos quadros do fomento, não revela critério acertado de resolução dos problemas fundamentais da economia local, mas tão-só o interesse puramente lucrativo e financeiro que a ela preside. E, porque assim é, subvertem-se os valores prescritos pelo conhecimento científico e descuram-se aspectos que, como o florestal e o da agricultura p.d., antecedem em grau hierárquico o aspecto pecuário. E esquece-se que a pecuária, encarada no conjunto de actividades e benefícios provenientes da agricultura — os financeiros, incluídos —, tem forçosamente de ocupar lugar não menos importante, mas secundário.

É na base de uma política silvícola-pastoril que se devem alicerçar os fundamentos de uma pecuária bem orientada, visto as pastagens timorenses derivarem quase que exclusivamente da destruição da floresta e serem, por esse motivo, de valor nutritivo reduzido. É ainda nessa base que a pecuária deve ser considerada, por o armentio se socorrer do folhelho arbóreo e arbustivo no complemento maior da sua alimentação. E é sobretudo na consideração destes factos e de outros derivados ou embrechados, como os de natureza social, que a pecuária tem de ser encarada, com vista ao melhoramento do armentio local, tendo em atenção o consumo interno e os trabalhos agrícolas. Considerar a pecuária como

uma outra fonte de receita de exportação, pode vir a ser prejudicial para a economia da Província, em geral, e mui particularmente para a economia alimentar da população.

IV. Nutrição

Se é lugar-comum dizer-se que se morre de fome em Timor todos os anos, fácil é verificar que os agrupamentos humanos que menos sofreram o efeito da monocultura do café e as imposições arbitrárias do fomento administrativo se apresentam mais equilibrados neste aspecto da saúde alimentar. A economia de subsistência em determinadas regiões, como p. ex. em Viqueque, baseia-se em policultura variada que, necessariamente, se reflecte na dieta alimentar. É a partir destes agrupamentos estabilizados em equilíbrios tradicionais que se deve iniciar qualquer melhoramento. Algumas das medidas de fomento propostas anteriormente visavam já a resolução parcelar do problema. Outras, porém, podem ser apresentadas, como a manutenção de salinas e generalização do consumo do produto, a piscicultura de água doce, a exemplo do que sucede nas regiões circunvizinhas da Indonésia, e a protecção à indústria nascente do peixe salgado.

Em relação à população europeia, china e assimilada de Díli, dever-se-ia manter e alargar o projecto iniciado no hoje abandonado campo experimental de Díli. Muito embora o referido campo tivesse como objectivo a multiplicação de sementes destinadas às circunscrições e, ocasionalmente, o estudo de adaptação de determinadas espécies hortícolas europeias às zonas baixas do litoral, o resultado desta última medida permitiu fornecer de «frescos» o hospital e o pessoal das repartições durante dois meses. A manutenção de viveiros permitiu também que se distribuíssem plântulas de espécies hortícolas, depois transplantadas nos quintais particulares. Ambas as iniciativas foram bem aceites pela população que lamentou que a elas se não desse continuidade. Parece pois viável a manutenção de uma horta estadual que forneça o mercado de Díli e continue a distribuir sementes e plântulas.

V. Educação

Para que as transformações inerentes aos propósitos enunciados se tornem operantes e perduráveis na sociedade timorense, não bastam esforços legislativos, nem mesmo as boas vontades dos elementos técnicos e administrativos a quem elas estão parcialmente consignadas. Uma transformação de ordem moral, obtida primeiro a partir da adopção e interesse provocado por objectos e formas exteriores da cultura agrária, enraizar-se-á nos hábitos e modos de ser do timorense quando a elas se ligar um corpo de ideias e realidades subjectivas, mormente as que fundamentam um nível de vida superior. Quando, enfim, houver em ambas

as partes — agente técnicos e nativos —, cooperação activa e afectiva baseada em interesses recíprocos. Assegurar continuidade a um plano de fomento agrário e colher em futuro distante os frutos materiais e psíquicos da acção valorativa deverá ser motivo denominador de todos os aspectos parcelares e mais ou menos imediatos do problema que o referido plano se propõe resolver ou condicionar.

É na educação das gerações novas que os objectivos de um plano de fomento agrário encontram o veio seguro, perdurável e mantenedor da sua continuidade. É na população escolar que se encontra a matéria-prima capaz de sofrer transformações. É no condicionalismo imposto pelo internato periódico e pelo correlativo esquema de vida — já de si transformador — da educação recebida nas Missões, que se forjam os ambientes propícios a uma operação dúplice, de carácter psicológico e técnico. A garantia de meios de estabilidade e enquadramento post-escolar assegurará aos jovens timorenses, já personalizados em grupos de cultura superior, a possibilidade de, por sua vez, se tornarem agentes transformadores.

De entre os aspectos do problema da educação rural do timorense destacam-se os seguintes, como iniciais:

1 – Instrução

A introdução, no curriculum escolar, do ensino agrícola de feição eminentemente prático, ministrado por regentes agrícolas agregados aos colégios das Missões mas dependentes da Repartição de Agricultura.

2 – Colonatos

A criação de colonatos nas proximidades dos colégios das Missões, a serem providos pelos graduados de melhor aproveitamento que tenham constituído família

3 – Cooperativas

Destinadas aos colonatos e orientados inicialmente pelos regentes agrícolas professores.

4 - Centro de Bem Estar Rural

Com funções semelhantes ao seu congénere dos serviços de agricultura do Estado da Índia.

Dirige-se ao elemento masculino e feminino de todos os planos populacionais e tem por fim a assistência técnica elementar, o melhoramento dos hábitos alimentares, o provimento de créditos e prémios, o desenvolvimento das artes e indústrias indígenas e outras actividades de derivação.

VI. Conclusões

Numa Província, como Timor, de características vincadamente florestais e agrícolas, e com uma economia nelas baseada, os objectivos de um plano de fomento agrário justapõem-se quase que totalmente a um esquema de administração. Pareceria, portanto, que, no decorrer de longos anos de administração, se conhecessem, ainda que ligeiramente em conjunto, mas pormenorizadamente em certos sectores, as condições gerais de produção. Tal não acontece, nem neste nem noutros campos. Salvo raras excepções, de recente aquisição, não se dispõe de trabalhos de natureza agrológica e económica pelos quais se possa avaliar das possibilidades de aumento de produção de determinados géneros — tanto para consumo próprio como para exportação; ignoram-se os preços de custo da maior parte dos vários produtos nos vários terrenos e segundo os sistemas de exploração; não se conhece a aptidão cultural dos solos, etc., etc. Quando se trata de estudar, propor ou determinar medidas destinadas a promover a melhoria das condições de produção, comércio ou consumo no campo agrário, faltam os elementos concretos sobre os quais se possam confiadamente deduzir conclusões e alicerçar pareceres ou deliberações.

Poder-se-á ainda afirmar, como causa fundamental deste estado de coisas, a ausência quase que total de visão governativa, em seu sentido mais amplo e profundo, nas administrações sucessivas que por Timor têm passado. Exceptuado Filomeno da Câmara, poucos mais souberam cingir-se a esteios mestres de princípios e de acção nascidos do contacto directo com o meio timorense e da reflexão inteligente que a vocação ou a cultura sócio-biológica consigo arrasta. A desactualização conceptual nesta matéria de agricultura, enferma a administração, condu-la a redundâncias e a círculos viciosos, os quais acabam sempre por se traduzir em prejuízo financeiro e em precária economia. Sobre este assunto, porém, reportamo-nos aos cinco primeiros parágrafos que encimam a presente memória.

Nesta conjectura, mas sem abdicar dos objectivos propostos, alguns dos quais podem ser levados a efeito imediatamente, na não-dependência das conclusões finais que, paradoxalmente, parecem negar a sua execução, sugeremse como objectivos globais do plano de fomento agrário:

- A A reorganização dos Serviços de Agricultura
- B A criação dos Serviços do Plano de Fomento Agrário.

A reorganização dos Serviços de Agricultura impõe-se como medida inadiável e imprescindível de boa organização e de actuação eficaz nos vários sectores de

actividade a que é chamada. Criados em 1951, sem tradição local que orientasse a sua estrutura, foram gizados «sobre o joelho», sem consulta dos técnicos interessados, nem sequer o mínimo de senso prático. A situação criada foi de tal ordem que só ao veterinário foram facultados meios de autonomia técnica e de acção. Tanto o agrónomo como o regente agrícola foram obrigados a estacionar em Díli, «embrulhados» em serviço de burocracia e, não poucas vezes, foi-lhes dificultada a intervenção em assuntos do seu mister. A continuarem como estão, melhor será que os actuais Serviços de Agricultura sejam extinguidos, a bem da dignidade da classe que os representa e da economia orçamental.

A constituição futura que se propõe para os Serviços de Agricultura inclui, além dos elementos que actualmente os constituem, os seguintes:

1 engenheiro silvicultor de 2.ª classe.

1 engenheiro agrónomo de 2.ª classe. As funções deste técnico, eminentemente práticas, estarão consignadas à fiscalização permanente do pessoal subalterno; ao contacto directo com o quadro administrativo e com os colégios das Missões.

2 regentes agrícolas de 1.ª classe. A serem fixados, com o regente agrícola de 1.ª classe do quadro actual, nas sedes de circunscrição que polarizem maior número de actividades agrícolas, constituindo-se assim as verdadeiras delegacias dos serviços.

- 2 ajudantes de pecuária de 2.ª classe.
- 2 práticos agrícolas de 1.ª classe.
- 3 guardas florestais europeus.
- 12 guardas florestais timorenses.
- 1 chefe de secretaria 2.º oficial.

Este aumento de pessoal, relativamente oneroso para o decrépito orçamento ordinário de Timor, poderia ser coberto parcelarmente pelas verbas do plano de fomento, permanecendo os seus elementos em comissão de serviço durante o prazo atribuído ao plano. Mais tarde, conforme as circunstâncias o permitissem, poderiam ser agregados definitivamente ao quadro.

A reorganização dos Serviços de Agricultura de Timor que se propõe, não excede em número e categoria dos seus elementos a totalidade atribuída aos Serviços de Agricultura do Estado da Índia, de superfície cinco vezes menor e com uma economia muito mais restrita.

Os Serviços do Plano de Fomento Agrário, que comportam ou não os elementos atribuídos à reorganização dos Serviços de Agricultura, serão consignados fundamentalmente a uma Missão cujos elementos, conforme a natureza dos trabalhos a efectuar, se demorarão na Província por prazos variáveis entre seis meses e dois anos. A sua tarefa, dividida em duas fases, consistirá na realização

do Inventário da produção agrícola, florestal e pecuária, incluindo o estudo das condições em que ela se verifica; a segunda, constituirá propriamente o plano de fomento e tem por objectivo a elaboração de um Ordenamento da produção, delineado segundo as conclusões obtidas pelo jogo dos elementos de ordem fisiográfica, económica ou social reunida no Inventário.

Através do Inventário pretende-se conhecer as regiões da Província e nos vários sectores agrícola, florestal e pecuária as condições técnicas, económicas e sociais em que é feito o aproveitamento do solo, investigando as causas determinantes e a importância relativa de cada uma nos efeitos de conjunto; além disso, tentar-se-á definir o grau de ajustamento entre a localização social das culturas e as condições do meio físico, económico e social.

O Ordenamento tem em vista determinar o sentido do melhor aproveitamento do solo e da mais adequada estrutura com o objectivo fundamental de prover ao abastecimento da população, ao aumento da exportação, considerando a melhoria do nível de vida.

Serão os seguintes os elementos técnicos que constituirão a referida Missão:

1 engenbeiro agrónomo pedologista.

1 engenheiro agrónomo economista.

1 engenheiro agrónomo entomologista.

1 engenheiro agrónomo dito de «clínica geral».

1 engenheiro agrónomo ou médico nutricionista.

1 engenheiro agrónomo silvicultor botânico.

1 engenbeiro civil.

Os Serviços de Agricultura da Província darão a colaboração mais íntima aos serviços da Missão, não só para efeito de aprendizagem de técnicas especializadas, como ainda para que o espírito do empreendimento se enraíze nas mentalidades que o hão-de continuar.

Tanto na ida como no regresso a Missão permanecerá, por tempo julgado conveniente, no Centro Regional da FAO, em Banguecoque, e no Instituto de Investigação Agronómica de Bogor, em Java.

São estes meios de acção e estas finalidades básicas e primária que se consignam ao Plano de Fomento Agrário que podem permitir a realização de todos os objectivos enunciados na primeira parte desta memória.

VII. Observações

De entre as tarefas parcelares que podem levar-se a cabo, com maior ou menor acerto, independentemente da aceitação dos objectivos fundamentais, destacam-se os seguintes:

- 1 Continuação dos trabalhos de reflorestamento condicionado à cultura do café e transplantação das espécies para local definitivo.
- 2 Continuação dos trabalhos de enviveiramento e plantação de coqueiros.
- 3 Intensificação da prática do arroz transplantado e melhoramento dos terrenos dos arrozais, com a sementeira de leguminosa *Crotalaria*, subexpontânea na Província, nos períodos de pousio.
- 4 Sementeira directa de teca no planalto de Fuiloro, nas condições técnicas indicadas pela Repartição.
- 5 Construção de celeiros nas sedes de circunscrição.
- 6 Construção de um silo para pastagem na Estação Zootécnica.
- 7 Aquisição de três jogos de lavoura destinados às circunscrições de Manatuto, Suro e Fronteira.
- 8 Aquisição de alfaias agrícolas (sachos e enxadas) do tipo proposto pela Repartição.
- 9 Aquisição de pulverizadores mecânicos de longo jacto.
- 10 Aquisição de sementes hortícolas, de insecticidas e raticidas.
- 11 Aquisição de reprodutores bovinos da raça Bantang (balinesa).
- 12 Horta estadual de Díli. A ser localizada nos terrenos marginais da ribeira de Comoro, no sítio do antigo forno de telha ou no do campo experimental de 1946. Sobre funcionamento, sigam-se instruções redigidas nos relatórios sobre o campo experimental de 1952 e consulte-se o regente agrícola Antunes. Área: três hectares. Maquinaria: dois Rotavator «Howard» e as alfaias agrícolas necessárias. Armazém para recolha de sementes e alfaias, e barracão para trabalhadores, com dormitório, cozinha e telheiro. Abertura de um poço com tanque contíguo.

VIII. Outros objectivos

Considera-se ainda como objectivo de um campo de fomento agrário a secagem parcial do pseudo-pântano de Díli e a sua transformação em parque florestal de eucaliptos e de acácias, das espécies já experimentadas e existentes no actual bosque que recobre o antigo campo experimental abandonado. Os terrenos deste campo, e a condição de semi-pântano em que se encontrava, são em tudo semelhantes ao do pântano. A vegetação era idêntica. Valas de drenagem e sementeira em massa de espécies arbóreas secadoras resolvem pacientemente o problema, podendo os olhos de água (se é que eles existem) ser limitados em lagos artificiais destinados a servir de logradouro público e para cultivo de peixes de água doce, destruidores das larvas do mosquito.

Peter Stilwell

Outros objectivos, que ultrapassam os que se referem a um plano de fomento agrário, sugerem a construção de um hotel com 12 quartos em Díli, de marcos fontanários e de um balneário destinado às levas de trabalhadores que periodicamente são contratados pelos serviços da municipalidade e de Obras Públicas.

Lisboa, 20 de Maio de 1957

Ruy Cinatti Vaz Monteiro Gomes

*

Mais tarde, em «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974), pp. 141-142, Cinatti anota alguns comentários que se podem considerar um pos-scriptum a estas «Linbas Gerais de um Plano De Fomento Agrário...»:

Em 1972, a ponte Alberty Correia sobre a ribeira de Lacló, em Manatuto, era arrastada ao mar pela fúria torrencial das águas não detidas a montante pelas encostas desarborizadas, confirmando que quando uma política de fomento se não atém aos dados ecológicos, mas tão-somente aos de betão armado e da carta topográfica, está irremediavelmente condenada. Ou então, 26 anos antes, em 1946, mas já relacionando os dados ecológicos com os dados económicos e financeiros, a condenação pela boca do residente holandês de Cupão (equivalente a governador) do abuso da exploração pecuária [...]. «Todos os anos se exporta carne e todos os anos se morre de fome. A floresta desaparece; a agricultura recede», dizia ele, enunciando uma ou várias verdades que, cientificamente, se traduzem pelo desequilíbrio social — a fome gera descontentamento e a revolta... — quando os dados ecológicos são submetidos aos económicos e se subvertem valores fundamentais da hierarquia. Entretanto, entre estas duas datas, Timor iria ardendo, as árvores derrubando-se, a baía de Díli assoreando-se, as fontes secando... em obediência a um processo administrativo certinho como um silogismo em que as premissas estão inteiramente falseadas. E quando teria sido tudo tão mais fácil se, de início, se tivessem protegido as cumeadas ou outros locais estratégicos onde a erosão ataca, indomável; ou se tivesse lançado mão da sabedoria timorense, escalonando as vertentes abruptas em terracos empedrados. como em Marobo e Báguia; ou... ou da própria crença dos timorenses gentios, que consideram sagradas e, portanto, intocáveis, as florestas de altitude... Reservas botânicas, reservas florestais, a fiscalização levada a cabo por timorenses treinados até no uso da sua própria lei consuetudinária e relativa à proibição de cortes e incêndios... E se preciso fosse, mas todos os meios são legítimos quando está em causa o bem comum, a sacralização dos espacos a manter intactos pelo bispo da diocese e seus acólitos, na sequência de um processo que ecoaria vozes antigas nos timorenses cristãos e gentios, agoras deseducados por uma Administração... com os pés na cabeça!...